ESTADO DA PARAÍBA

VETO TOTAL

J92/J3

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba,

Certifico, para os devidos fins, que este DOCUMENTO foi publicado no D O E.

Nesta Data 04 107 1201

Gerência Executiva de Registro de Atos e Legislação da Casa Civil do Governador

gaz 02

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 1.382/2013, de autoria do Deputado João Gonçalves, que dispõe a respeito da inclusão de informações sobre o tipo sanguíneo e fator RH do usuário na Carteira de Habilitação, neste Estado.

RAZÕES DO VETO

O Projeto de Lei, ora analisado, apresenta três artigos. Vejamos:

Art. 1º Fica determinado que toda Carteira de Habilitação emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado da Paraíba — DETRAN/PB, deverá conter nas observações do campo impresso no verso do documento, informação do tipo sanguíneo de seu titular, bem como do fator RH.

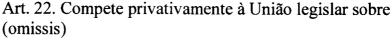
Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

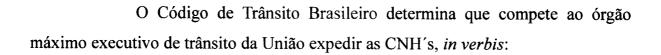
Apesar de reconhecer a plausibilidade do projeto de lei, mas seguindo orientação do DETRAN-PB, resolvi vetar o projeto.

Consoante com a Constituição Federal, a competência para legislar acerca dessa matéria é privativa da União:





XI - trânsito e transporte;



Art. 19. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:

(omissis)

VII - expedir a Permissão para Dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação, os Certificados de Registro e o de Licenciamento Anual mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal

Nesse passo, a Resolução do CONTRAN nº 192, de 30 de março de 2006, que regulamenta a expedição do documento único da Carteira Nacional de Habilitação, expõe, em seu art. 12:

Art. 12. A Carteira Nacional de Habilitação deverá atender ao modelo e às especificações técnicas constantes dos Anexos I, II, III e IV dessa Resolução.

No Anexo III, ponto 5, infere-se sobre os dados variáveis e a inserção de informações no campo "observações", veja-se:

5. DADOS VARIÁVEIS:

A Autorização para Conduzir Ciclomotores, a Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir serão compostas dos seguintes dados variáveis:

- Sobre o portador: nome completo, documento de identidade, órgão emissor / UF, CPF, data de nascimento, filiação, fotografia e assinatura;
- Sobre o documento: Data da 1ª habilitação, categoria do condutor, número de registro, validade, local de emissão, data da

M



emissão, assinatura do emissor, código numérico de validação e número do formulário RENACH;

- Campo de observações: deverão constar as restrições médicas, a informação "exerce atividade remunerada" e os cursos especializados que tenham certificado, todos em formatos padronizados e abreviados conforme Anexo II.

As inserções no campo "observações" devem seguir o padrão do Anexo II do aludido regramento, ou seja, de forma padronizada e abreviada, vejamos:

ANEXO II – TABELA DE ABREVIATURAS A SEREM IMPRESSAS NA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Cod	Texto Original	Texto Abreviado	
	Habilitado em curso específico produtos perigosos	Hab Prod Perigosos	
	Habilitado em curso específico escolar	Hab Escolar	
	Habilitado em curso específico coletivo de passageiros	Hab Coletivo	
	Habilitado em curso específico de veículos de emergência	Hab Emergencia	
15	Exerce atividade remunerada	Exerce Ativ Remunerada	
3A	Uso obrigatório de lentes corretivas	Obrig Lente Corretiva	
	Somente categorias "A" ou "B" condutor surdo	Cond surdo	
3C	Uso obrigatório de otofone ou prótese auditiva	Obrig Otof ou prot Auditiva	
	Veículo automático ou embreagem adaptada a alavanca de	Veic autom ou embr adap	
3D	câmbio	cambio	
	Veículo automático ou embreagem adaptada a alavanca de	Veic autom ou embr adap	
3E	câmbio e ambos com acelerador à esquerda	camb e ambos acel esquerda	
	Veículo automático com comandos manuais adaptados e	Veic autom comand man adap	
3F	cinto pélvico toráxico obrigatório	e cint pelvico	
	Moto com side car e câmbio manual adaptado	side car camb man adaptado	
3H	Moto com side car e freio manual adaptado	side car freio man adaptado	
		side car freio e camb man	
3I	Moto com side car, freio e câmbio manuais adaptados	adaptado	
	-	Veic autom comand painel	
3J	Veículo automático com comandos de painel à esquerda	esquerda	
3L	Veículo automático	Veic automatico	
3M	A critério da junta médica		
3N	Visão monocular	Visão mono	
3P	Veículo automático com direção hidráulica	Veic autom e dir hidraulica	
99	Sem observações	sem observações	

Perceba-se que no Anexo II referido inexiste a opção "tipo sanguíneo" ou "Fator RH". Por conseguinte, inviável a respeitosa pretensão do PL nº 1.382/2013.



Como vimos, a propositura esbarra na vedação constitucional na competência do DENATRAN para catalogar e inserir informações variáveis no campo "observações" nas Carteiras Nacionais de Habilitação.

Concluo aduzindo que a competência do DETRAN-PB — na temática relacionada com Carteira Nacional de Habilitação — cinge-se à fiscalização, expedição e cassação dela, consoante se verifica do art. 22, II do CTB, *in litteris*:

Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição

II - realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciciagem e suspensão de condutores, expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão federal competente;

Diante de todo arrazoado, restou patente a inconstitucionalidade da propositura.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei acima mencionado, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembléia Legislativa.

João Pessoa, o 3 de julho de 2013

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Governador

MANTIDO O VETO COM 170V CT I DINIC COTO 170V CT I DO DAN OA DE SOTENIARD PO 2013.

1.48000001211



ESTADO DA PARAÍBA Legislação da Casa Civil do Governado: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 819/2013 PROJETO DE LEI Nº 1.382/2013 AUTORIA: DEPUTADO JOÃO GONÇALVES Olivica)

Certifico, para los devidos fins, que este PROJETO DE LEI FOI VETADE o publicado no D.O.E. neste deta

Ricardo Vieira Coutinhu
Governador

Dispõe Sobre a inclusão de informações sobre o tipo sanguíneo e fator RH do usuário na Carteira de Habilitação, neste Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que toda Carteira de Habilitação emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado da Paraíba – DETRAN/PB, deverá conter nas observações do campo impresso no verso do documento, informação do tipo sanguíneo de seu titular, bem como do fator RH.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 11de junho de 2013.

Presidente



CONSULTORIA JURÍDICA DO GOVERNADOR

PROTOCOLO DE ENTREGA

MENSAGEM N°:		9 -
 () Medida Provisória nº; () Projeto de Lei () Projeto de Lei Complementar () Projeto de Emenda à Constituição 	(X) Veto (04 la	udas)**
DATA DO RECEBIMENTO: 15/04 SERVIDOR RESPONSÁVEL: (∠) Lu () G	<u> </u>	Iat. 273.073-1
	Assinatura	 -

** Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.382/2013, de autoria do Deputado João Gonçalves, que dispõe a respeito da inclusão de informações sobre o tipo sanguíneo e fator RH do usuário na Carteira de Habilitação, neste Estado.



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA



SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário Às flssob o nº Em <u>J3 / 07 /</u> 2013 <u>O luccol Luc</u> Diretor da G iv. de Assessoria ao Plenário	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia <u>33 P7</u> /2013 <u>Pl varong mano</u> Giv de Assessoria ao Plenário Diretor
Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, 73/01/2013.	Remetido à Secretaria Legislativa No dia/2013
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator	Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia/2013 Secretaria Legislativa Secretário
Em/ 2013. Secretaria Legislativa Secretário Assessoramento Legislativo Técnico	Designado como Relator o Deputado Em 3 / 0 / 12013 Deputado Presidente
Em //2013 Secretaria Legislativa Secretário	Apreciado dela Comissão No dia / /2013 Parecer Em / / Secretaria Legislativa
Aprovado em (No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta () Pagina (s) e () Documento (s) em anexo. Em/ 2013.
1 unclosianto	Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



VETO TOTAL N°. 192/2013 AO PROJETO DE LEI N°. 1.382/2013

"Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.382/2013, de autoria do Deputado João Gonçalves, o qual "Dispõe a respeito da inclusão de informações sobre o tipo sanguíneo e fator RH do usuário na Carteira de Habilitação".

VETO TOTAL: Governador do Estado.

RELATOR: Dep. Léa Toscano

PARECER 1610 /2013

I - RELATÓRIO

O Senhor Governador do Estado, usando da competência que lhe confere o § 1º, do artigo 65 da Constituição Estadual, vetou totalmente o **Projeto de Lei Nº. 1.382/2013, que** "Dispõe a respeito da inclusão de informações sobre o tipo sanguíneo e fator RH do usuário na Carteira de Habilitação".

de 2013.

A matéria constou no expediente do dia 23 de julho

Instrução processual em termos,

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

Breve relatório.



ESTADO DA PARAIBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

As razões do presente veto estão calcadas na condição do projeto contrariar princípios da Constituição e na competência reservada ao DENATRAN, eis que interfere na competência reservada, caracterizando o vício formal de iniciativa da proposição ora vetada, bem como contraria frontalmente o interesse público.

De tais razões, é que impõe o veto sua eficácia na proteção do princípio constitucional, o que torna o projeto ilegal e fadado a revogação.

Assim sendo, considero satisfatórias e convincentes as razões do veto em aposto.

Nestes termos, proponho à douta Comissão a MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 192/2013, AO PROJETO DE LEI Nº. 1.382/2013, por entender que as razões de veto são consistentes e procedentes.

É como voto

Sala das Comissões, em 1º de agosto de 2013.

DEP. LÉA TOSCANO RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 192/2013, AO PROJETO DE LEI Nº. 1.382/2013, por entender que as razões de veto são procedentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1º de agosto de 2013.

Apreciada Pela Comissão

No Dia 06 108113

DEP. JANGUHY CARNEIRO PRESIDENTE

DEP. OLENKA MARANHÃO MEMBRO

DEP. VITURIANO DE ABREU MEMBRO

DEP. JOÃO HENRIQUE

MEMBRO

H 1/2

MEMBRO

DEP. LÉA TOSCANO MEMBRO



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Casa de Epitácio Pessoa

Oficio nº 223 /2013

João Pessoa, 04 de setembro de 2013.

Senhor Governador

Participo a Vossa Excelência, que esta Assembléia Legislativa, manteve o Veto Total nº 192/2013, referente ao Projeto de Lei de 1.382/2013, do Deputado João Gonçalves que "Dispõe a respeito da inclusão de informações sobre o tipo sanguíneo e fato RH do usuário na Carteira de Habilitação, neste Estado".

Atenciosamente,

Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor **Dr. RICARDO VIEIRA COUTINHO**Governador do Estado da Paraíba

Palácio da Redenção

João Pessoa PB